CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIXO TOCANTINS: DA INVISIBLIDADE À ELABORAÇAO DO PLANO POPULAR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO A JUSANTE DA UHE DE TUCURUÍ-PPDS-Jus

GERLANE DA SILVA FERREIRA; SÔNIA MARIA SIMÕES BARBOSA MAGALHÃES SANTOS

RESUMO

A pesquisa está ancorada no campo dos conflitos socioambientais e da resistência no território do Baixo Tocantins que levou a construção do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da UHT (PPDS-Jus) que se constitui enquanto demanda dos movimentos sociais em busca de medidas compensatórias que pudesse minimizar os desastres ambientais, sociais e econômico. Para tanto, o estudo buscou compreender as trajetórias mediante a memória social das lideranças no âmbito dos movimentos sociais na temporalidade da construção da usina em Tucuruí no rio Tocantins. Como metodologia, utilizamos a pesquisa qualitativa, análise das versões dos planos, jornais e documentário que constituíram a fonte documental da pesquisa, foi realizado entrevistas com as lideranças que protagonizaram a luta a jusante da UHE de Tucuruí. O estudo possibilitou desvendar como se deram as reivindicações na esfera pública, o plano foi fruto da luta política na região a jusante, para contemplar os municípios atingido, haja vista que tal medida era voltada somente para a região a montante de Tucuruí, ou seja, região visivelmente alagada. Em síntese o PPDS-Jus é fruto de uma luta social e uma política compensatória para uma região que não tinha reconhecimento enquanto impactada. Mas sua elaboração apresenta muitas lacunas e não abrangeu a totalidade das demandas almejadas pelos grupos, além disso, alguns do municípios que ficam a jusante não conseguiram ser incluídos, apenas cinco foram contemplados com ações compensatórias frente às alterações drásticas nas condições de sobrevivência, além disso, as ações não atendeu de fato os interesses dos camponeses.

1 INTRODUÇÃO

Quando a Eletronorte iniciou o desvio do curso do rio Tocantins em meados de 1975, as mudanças já eram perceptíveis pela população, na fase de pré-fechamento tinha-se um aumento populacional próximo à obra. Os municípios de Baião, Mocajuba e Cametá eram as faixas mais povoadas, possuíam uma densidade urbana e na área rural estimava-se cerca de 6 a 30 habitantes por Km², mas existia uma tendência à diminuição desta densidade populacional rural à medida que se subia o rio. Além disso, o rio era geomorfologicamente heterogêneo, antes do fechamento da barragem a região do Baixo Tocantins, ao todo, era densamente habitada e se tinha uma interação forte entre o homem e o meio ambiente 17 aquático (SANTOS et al, 2010). A estrutura econômica e social da região foi abalada, haja vista que "a zona jusante que contribuía, em 1981, por 85% da produção total passou a ser a menos produtiva" (p.114) o meio de sobrevivência foi subtraído da população mediante as transformações das dinâmicas do rio. Foram as primeiras reclamações e as mudanças socioambientais que levaram as primeiras mobilizações que constitui o Movimento dos Expropriados de Tucuruí que se derivou da primeira comissão de negociação, constituída em 1982 (Comissão Representativa dos

DOI: 10.51189/coneamb2023/23550

Expropriados de Tucuruí) tendo sido o termo expropriado utilizado inicialmente pela ELETRONORTE para formalizar os processos de desapropriação. Somente em 1991, o movimento foi oficializado (MAGALHÃES, 2007).

As discussões iniciais acerca dos impactos pairaram em torno dos municípios a montante em decorrência do deslocamento compulsório, nos quais os grupos sociais não têm poder de deliberação e são obrigados a deixar ou transferir-se de suas terras (MAGALHÃES, 2007), atualmente o deslocamento pode ser pensados a partir da "territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes" 1 . Os impactos concernentes a jusante não foram discutidos inicialmente, visto que a população não sabia de fato o que ocorreria na região abaixo da barragem, no território do Baixo Tocantins. A ausência de estudos ambientais impossibilitou mensurar a dimensão dos problemas que incidiriam em ambas as regiões, entretanto, pelo fato de não ocorrer o deslocamento no sentido propriamente dito, a região a jusante foi literalmente negligenciada durante décadas pela Eletronorte, ficando em segundo plano. O que restou à população foi à articulação política e social dos movimentos que consolidou ao longo dos anos um processo de resistência em busca de reverberar os anseios da sociedade local.

A inclusão da região a jusante enquanto área atingida é uma discussão recente no âmbito das pesquisas e das discussões acerca das políticas de reconhecimento, conforme as informações dos representantes dos movimentos sociais, o caso do Baixo Tocantins é um dos primeiros casos que foi reconhecido mundialmente, mas infelizmente, são raros os estudos que enfoque tal problemática. O reconhecimento a jusante é resultado de uma política que aclopou um conjunto de denúncias do Movimento dos Expropriados de Tucuruí e movimentos sociais a jusante, principalmente do Sindicato dos trabalhadores rurais e colônia de pescadores dos municípios de Baião e Cametá, essas denúncias foram objetos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída em 1991. Outro documento que oficializou, sinalizou e ratificou as questões a jusante foi a primeira versão do relatório final da fase de escopo, publicado em agosto de 1999, o qual realizou um estudo de caso acerca da usina Hidrelétrica de Tucuruí, posteriormente, em novembro de 2000, fora publicada a versão final e atualizada do estudo de caso da Comissão Mundial de Barragem, que enfatiza o declínio da agricultura de subsistência e da atividade pesqueira, sendo que a "própria barreira física imposta pelo barramento intervém diretamente na migração de peixes, ou a regularização das vazões contribui para esse declínio, já que para muitos organismos o início das cheias serve de estímulo para o começo do período de procriação" (CMB, 2000, p.60),

Somente em 2002, sob pressão dos representantes dos movimentos sociais e representantes municipais, a Eletronorte contratou uma empresa para realizar um estudo realizar um diagnosticar e analisar impactos salientados pela população na região a jusante, todavia, apenas cinco municípios que constituem a microrregião de Cametá: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri foram incluídos na primeira versão do plano. Entretanto, os representantes dos movimentos passaram a reivindicar a inclusão de mais quatro municípios, sendo eles: Abaetetuba, Moju, Oeiras e Barcarena na realização das análises de impactos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A opção pela pesquisa qualitativa se deu pelo falo de possibilitar uma visão holística e, além disso, se pauta na flexibilidade de investigar o objeto de estudo e levar em consideração que, no momento oportuno, pode haver a necessidade de modificar alguns elementos da pesquisa, como por exemplo, mudanças de categorias, e outros elementos que porventura podem surgir. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznnajder, (2002, p. 147) "as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma

DOI: 10.51189/coneamb2023/23550

ampla gama de casos".

Neste sentido, a entrevista foi utilizada como técnica qualitativa para compreensão da vivência pessoal dos atores, além de ser uma forma que privilegia a fala do indivíduo e possibilita a validação da voz do interlocutor, além disso, foi realizada visitas também ao STTR, colônia dos pescadores dos municípios de Barcarena e Mojú. Em relação ao município de Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajurú não foi possível fazer visitas, o contato com as lideranças se deu mediante os meios de comunicação: correio eletrônico e telefonemas. Além da visitação aos segmentos sociais, fizemos visitas à Eletronorte, Secretaria de Estado Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), à Conferência nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao Consórcio de Desenvolvimento Socioeconômico Intermunicipal (CODESEI) e Prelazia de Cametá, nestas instituições realizou-se levantamento documental acerca do PPDS-Jus. Após a contactação, foram realizadas entrevistas com dez atores, sendo que alguns são ex-representantes e outros atuais representantes dos movimentos sociais

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cabe ressaltar acerca deste processo que o Estado no uso de suas atribuições tendenciosas, negligência os atores e só os reconhece e concede medidas compensatórias em decorrência das novas intencionalidades, mesmo sendo um direito legitimado pela resolução da Conama de 1986. No caso da UHT, a população fica alheia do que é garantido por lei após a redemocratização do país, sendo que as ações decorridas das interferências causadas pelos empreendimento alteram as condições sociais e ambientais dos grupos. Ao analisar sob outra perspectiva, o reconhecimento à jusante é oriundo de uma luta social, entretanto, também se caracteriza como uma possibilidade do Estado continuar degradando de forma intolerante, causando rupturas abruptas das relações tradicionais das comunidades, uma vez que as mesmo as medidas se constituem enquanto mecanismo de atenuação dos efeitos indesejáveis torna-se uma chancela que viabiliza a inserção de demais transtornos no cotidiano dos grupos sociais.

Desta forma, buscou-se evidenciar as facetas que tangem o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-PPDSJus que se constituiu enquanto objeto material de luta emergido no âmbito dos grupos sociais que reivindicam medidas compensatórias, visto que desde a implantação da UHT a população luta para que os impactos sejam reconhecidos pela Eletronorte.

Somente após duas décadas de operacionalização da usina e com a elevação da cota de água no reservatório de 72m para 74m é que a Eletronorte pretensiosamente atende a solicitação da SEMAS que condicionou à construção da segunda etapa a elaboração e implementação de ações que visassem atenuar os problemas que já eram denunciados há anos pelos movimentos sociais, no entanto, apenas vinte anos após a construção da barragem a população tem suas pautas levadas para arenas públicas com possibilidades de serem atendidas, desta forma, tem-se a construção do PPDSJus protagonizado pelo movimento social a jusante, sendo que são raras tais ações de reconhecimento a jusante.

Os conflitos e a luta vivenciada pelo povo camponês em decorrência da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no qual se têm mais um desastre oriundo do projeto de um governo com práticas autoritárias e todo esse processo desvela a situação de negligência por parte do poder público que no seu intento não mensurou as consequências acerca da implantação de um projeto que acarretou diversos problemas na região do Baixo Tocantins, pois seu real interesse era apenas a viabilização econômica e acumulativa, onde o espaço e a "terra, por sua vez, sofrem mudanças nos seus modos de apropriação, ocupação e uso" (ACSELRAD, 2010, p. 60).

Foi a partir da memória social que os grupos sociais atualizarem suas lutas nas arenas públicas, mas para além das discussões de demandas sociais, nesses espaços, as dores, os

DOI: 10.51189/coneamb2023/23550

ISSN: 2675-813X

transtornos e os desconfortos são intrínsecos à vida desses atores, posto que o espaço público instaurado após a abertura democrática é repleto de controvérsias, Habermas (1984) ao se reportar a esfera pública considera que sua decadência é decorrente da ascensão do capitalismo.

Deve-se ainda considerar um elemento central que concerne à vida desses atores e da massa emergente comunicativa a partir do Século XX. Frente a esse processo, instaura-se a resistência ancorada na busca por justiça social, ambiental e econômica. Uma vez que os dispositivos jurídicos instituídos para legitimar o direito à compensação em consonância com as legislações atreladas aos empreendimentos que degradam o meio ambiente e desestruturam as condições econômicas e sociais dos grupos violadas em períodos democráticos.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que a finalidade proposta pelo PPDS-Jus de reordenamento territorial, compensação ambiental e desenvolvimento não se consolidaram e um dos entraves está diretamente atrelado ao Conjus que era constituído por uma parcela significativa de instituições governamentais e os segmentos sociais eram minoritários, de certa forma, os projetos aprovados convergiam para os interesses políticos partidários e não condizendo com as demandas sociais, assim, as "políticas públicas não são somente espaços onde se afrontam os atores em função dos seus interesses, mas elas são também o lugar onde uma dada sociedade 'constrói sua relação com o mundo" (Muller, 2006, p. 372).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 18, p. 158-192, 2010.

MULLER, P. & SUREL, Y.. A análise daspolíticas públicas. Pelotas: Educat. 2010

DOI: 10.51189/coneamb2023/23550